

RELATÓRIO ANUAL 2018

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de Reais)

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		372.882	296.903	CIRCULANTE		144.824	100.189
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.120	7.592	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	107.606	74.202
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	18.494	17.369	Depósitos à Vista		95.296	68.493
Carteira Própria		18.494	17.369	Depósitos Interfinanceiros		2.051	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		132.480	120.474	Depósitos a Prazo		10.259	5.709
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		526	503
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	132.480	120.473	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	6
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	188.678	134.292	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	526	497
Operações de Crédito		200.645	142.790	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		589	619
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.967)	(8.498)	Recursos em Trânsito de Terceiros		589	619
OUTROS CRÉDITOS		24.553	16.158	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	-	1.610
Rendas a Receber		600	471	Empréstimos País - Outras Instituições		-	1.610
Diversos	(NOTA 07 e 08)	24.289	15.901	OUTRAS OBRIGAÇÕES		36.103	23.255
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(336)	(214)	Cobrança e Arrecadação de Tributos		98	117
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	1.557	1.018	Sociais e Estatutárias		3.913	2.403
Outros Valores e Bens		3.609	3.074	Fiscais e Previdenciárias		887	732
(Provisão para desvalorização)		(2.082)	(2.082)	Diversas	(NOTA 15)	31.205	20.003
Despesas Antecipadas		30	26				
NÃO CIRCULANTE		180.661	120.027	NÃO CIRCULANTE		315.317	250.384
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.081	492	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	308.739	244.219
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.081	492	Depósitos Interfinanceiros		1.991	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	161.494	103.465	Depósitos a Prazo		306.748	244.219
Operações de Crédito		171.258	109.953	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	578	165
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.764)	(6.488)	Repasse Interfinanceiros		578	165
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07 e 08)	2	1	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 15)	6.000	6.000
Diversos		2	1	Diversas		6.000	6.000
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	4.770	4.318	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.402	66.357
Outros Investimentos		4.770	4.318	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	44.079	37.318
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	9.768	8.972	De Domiciliados no País		63.150	51.365
Imóveis de Uso		1.200	1.200	(Capital a Realizar)		(19.071)	(14.047)
Outras Imobilizações de Uso		13.547	11.535	RESERVAS DE SOBRAS		43.669	22.794
(Depreciação acumulada)		(4.979)	(3.763)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.654	6.245
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	3.546	2.779				
Outros Ativos Intangíveis		6.626	5.070				
(Amortização acumulada)		(3.080)	(2.291)				
TOTAL DO ATIVO		553.543	416.930	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		553.543	416.930

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

(Em milhares de Reais)

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.493	-	41.493	77.404	-	77.404	60.831	-	60.831
Operações de Crédito	40.900	-	40.900	76.240	-	76.240	59.427	-	59.427
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	593	-	593	1.164	-	1.164	1.404	-	1.404
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.504)	(20)	(17.524)	(30.768)	(36)	(30.804)	(30.547)	(38)	(30.585)
Operações de Captação no Mercado	(9.704)	(20)	(9.724)	(18.226)	(36)	(18.262)	(21.462)	(26)	(21.488)
Operações de Empréstimos e Repasses	(84)	-	(84)	(162)	-	(162)	(222)	(12)	(234)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.716)	-	(7.716)	(12.380)	-	(12.380)	(8.863)	-	(8.863)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.989	(20)	23.969	46.636	(36)	46.600	30.284	(38)	30.246
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.874)	1.370	(11.504)	(23.781)	2.810	(20.971)	(14.408)	1.700	(12.708)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.207	3.897	8.104	8.023	7.184	15.207	6.343	4.634	10.977
Rendas de Tarifas Bancárias	3.457	-	3.457	6.472	-	6.472	5.065	-	5.065
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.611)	(709)	(12.320)	(22.288)	(1.302)	(23.590)	(17.645)	(962)	(18.607)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(8.866)	(1.305)	(10.171)	(17.202)	(2.202)	(19.404)	(14.275)	(1.384)	(15.659)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(124)	(204)	(328)	(231)	(376)	(607)	(143)	(234)	(377)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	6.128	35	6.163	12.561	129	12.690	15.000	109	15.109
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(6.065)	(344)	(6.409)	(11.116)	(623)	(11.739)	(8.753)	(463)	(9.216)
RESULTADO OPERACIONAL	11.115	1.350	12.465	22.855	2.774	25.629	15.876	1.662	17.538
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	167	15	182	703	59	762	1.994	24	2.018
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.282	1.365	12.647	23.558	2.833	26.391	17.870	1.686	19.556
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	264	264	-	(148)	(148)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	161	161	-	(79)	(79)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	103	103	-	(69)	(69)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.282	1.629	12.911	23.558	2.685	26.243	17.870	1.686	19.556
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.685	(2.685)	-	1.686	(1.686)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.282	1.629	12.911	26.243	-	26.243	19.556	-	19.556
DESTINAÇÕES	-	-	-	(20.589)	-	(20.589)	(13.311)	-	(13.311)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.528)	-	(2.528)	(2.931)	-	(2.931)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.075)	-	(1.075)	(694)	-	(694)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.974)	-	(13.974)	(6.939)	-	(6.939)
Reserva de Expansão	-	-	-	(430)	-	(430)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.550)	-	(1.550)	(312)	-	(312)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(667)	-	(667)	(2.435)	-	(2.435)
Outras Destinações	-	-	-	(365)	-	(365)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.654	-	5.654	6.245	-	6.245

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	30.040	11.713	-	2.814	44.567
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	794	-	-	(794)	-
Destinações para reservas	-	1.395	-	(1.395)	-
Outras destinações	-	-	-	(625)	(625)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.362	-	-	-	5.362
Baixas de capital	(1.769)	-	-	-	(1.769)
Resultado do período	-	-	-	19.556	19.556
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(694)	(694)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.939	-	(6.939)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.891	-	-	(2.931)	(40)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	312	-	(312)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	2.435	-	(2.435)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	37.318	22.794	-	6.245	66.357

Mutações do Período	7.278	11.081	-	3.431	21.790
Saldos no início do período em 01/01/2018	37.318	22.794	-	6.245	66.357
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.233	-	-	(1.233)	-
Destinações para reservas	-	2.254	2.000	(4.254)	-
Outras destinações	-	-	-	(758)	(758)
Capital de associados					
Aumento de capital	6.599	-	-	-	6.599
Baixas de capital	(3.564)	-	-	-	(3.564)
Resultado do período	-	-	-	26.243	26.243
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.075)	(1.075)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.974	-	(13.974)	-
Reserva de Expansão	-	-	430	(430)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.493	-	-	(2.528)	(35)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.550	-	(1.550)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	667	-	(667)	-
Outras Destinações	-	-	-	(365)	(365)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	44.079	41.239	2.430	5.654	93.402
Mutações do Período	6.761	18.445	2.430	(591)	27.045
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	40.673	25.048	2.000	13.332	81.053
Capital de associados					
Aumento de capital	3.484	-	-	-	3.484
Baixas de capital	(2.571)	-	-	-	(2.571)
Resultado do período	-	-	-	12.911	12.911
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.075)	(1.075)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.974	-	(13.974)	-
Reserva de Expansão	-	-	430	(430)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.493	-	-	(2.528)	(35)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.550	-	(1.550)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	667	-	(667)	-
Outras Destinações	-	-	-	(365)	(365)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	44.079	41.239	2.430	5.654	93.402
Mutações do Período	3.406	16.191	430	(7.678)	12.349

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	01/07/2018 a		
	31/12/2018	01/01/2018 a	01/01/2017 a
	(Não auditado)	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.779	34.052	26.086
Resultado do semestre/exercício	12.911	26.243	19.556
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.868	7.809	6.530
Provisão para operações de crédito	4.916	6.745	4.905
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	530
Provisão para desvalorização de outros créditos	95	122	73
Depreciação do imobilizado de uso	783	1.298	1.041
Amortização do intangível	420	789	680
Baixas do ativo permanente	(111)	22	74
(Reversão) para passivos contingentes	(129)	(96)	(130)
Destinações ao FATES	(1.075)	(1.075)	(694)
Dividendos SicrediPar	(31)	4	51

VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(1.761)	(20.270)	(7.147)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(573)	(589)	(435)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(570)	(1.127)	(17.369)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.325	1	(1)
Redução em créditos vinculados	-	-	53
Redução em relações com correspondentes	-	-	70
(Aumento) em operações de crédito	(59.461)	(119.160)	(71.392)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(5.674)	436	(505)
(Aumento) em outros créditos	(7.515)	(8.521)	(4.475)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	242	(539)	60
Aumento em depósitos	56.396	97.924	73.501
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(283)	(30)	168
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.120)	(1.610)	(5)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(215)	(1.444)	(932)
Aumento em outras obrigações	12.687	14.389	14.115
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	16.018	13.782	18.939
Aquisição de Investimentos	-	(452)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.198)	(2.116)	(2.896)
Aplicações no Intangível	(563)	(1.556)	(857)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.761)	(4.124)	(3.753)
Integralização de capital	3.484	6.599	5.362
Baixa de capital	(2.571)	(3.564)	(1.769)
Juros ao capital próprio	(35)	(35)	(40)
Distribuição de Sobras	-	(758)	(625)
Outras destinações	(365)	(365)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	513	1.877	2.928
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	14.770	11.535	18.114
Caixa e equivalente de caixa no início do período	124.830	128.065	109.951
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	139.600	139.600	128.065

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais) Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 09/12/1997 e tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo. A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"). A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	7.120	7.592
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	132.480	120.473
Total	139.600	128.065

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.081	492
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.081	492
Total não circulante	1.081	492

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	18.494	17.369
Total circulante	18.494	17.369

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	184.414	151.621	336.035	223.347
Financiamentos	15.702	19.057	34.759	28.658
Financiamentos rurais e agroindustriais	529	580	1.109	738
Carteira total	200.645	171.258	371.903	252.743

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	21.557	2	21.559	13.551
Total	21.557	2	21.559	13.551

(i) Arubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	163.525	107.601	818	538
Nível B	1,00	121.396	102.123	1.212	1.062
Nível C	3,00	63.028	27.492	1.891	825
Nível D	10,00	20.308	11.058	2.031	1.106
Nível E	30,00	9.442	5.422	2.833	1.627
Nível F	50,00	3.917	3.964	1.959	1.982
Nível G	70,00	1.745	1.914	1.222	1.340
Nível H	100,00	10.101	6.720	10.101	6.720
Total		393.462	266.294	22.067	15.200

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				2017	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.019	25.126	23.289	33.264	83.698	64.453
Rural	-	39	490	580	1.109	738
Industrial	615	10.801	17.128	25.034	53.578	34.381
Comércio	1.286	26.429	40.231	51.408	119.354	79.012
Outros Serviços	1.112	30.012	43.625	60.974	135.723	87.710
Total	5.032	92.407	124.763	171.260	393.462	266.294

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	38.412	9,76	26.007	9,77
50 devedores seguintes	71.458	18,16	51.733	19,43
100 devedores seguintes	60.126	15,28	40.786	15,32
Demais	223.466	56,80	147.768	55,48
Total	393.462	100	266.294	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	15.200	10.222
Constituição de provisão	12.380	8.863
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.513)	(3.885)
Saldo final	22.067	15.200

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.249 (2017 - R\$ 820), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 14.649 (2017 - R\$ 6.439).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	81	86
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	874	1.471
Devedores por depósitos em garantia	344	416
Impostos e contribuições a compensar	503	252
Títulos e créditos a receber	21.557	13.550
Cotas de consórcio	174	-
Devedores por convênios	15	-
Operações com cartões	420	60
Pendências a regularizar	252	4
Outros	69	62
Total Circulante	24.289	15.901
Títulos e créditos a receber	2	1
Total não circulante	2	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	3.572	3.056
Imóveis	3.317	2.767
Veículos e afins	-	34
Bens em regime especial	255	255
Material em estoque	37	18
Despesas antecipadas	30	26
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.082)	(2.082)
Total Circulante	1.557	1.018

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.082 (2017 - R\$ 2.082) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	2.848	2.396
Sicredi Participações S.A.	1.921	1.921
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	4.770	4.318

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	623.137 ON 1.298.285 PN	623.137 ON 1.298.285 PN	1 Quotas	1 Quotas	2.847.952 Quotas	2.395.932 Quotas
Percentual de participação	0,22%	0,22%	0,62%	0,61%	0,74%	0,68%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	1.921	1.921	1	1	2.848	2.396

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	14.747	(4.979)	9.768	8.972
Imobilizações em curso	-	686	-	686	443
Terrenos	-	1.200	-	1.200	1.200
Instalações	10%	4.978	(1.577)	3.401	2.993
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.356	(1.242)	2.114	2.045
Sistema de comunicação	10%	192	(84)	108	124
Sistema de processamento de dados	20%	2.673	(1.459)	1.214	1.196
Sistema de segurança	10%	1.104	(410)	694	757
Sistema de transporte	20%	558	(207)	351	214
Intangível (i)		6.626	(3.080)	3.546	2.779
Investimentos Confederação		5.815	(2.539)	3.276	2.346
Outros ativos intangíveis		811	(541)	270	433
Total		21.373	(8.059)	13.314	11.751

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	95.296	-	-	95.296	68.493
Depósitos Interfinanceiros	2.051	-	1.991	4.042	-
Depósitos a prazo	1.660	8.599	306.748	317.007	249.928
Total	99.007	8.599	308.739	416.345	318.421

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	526	497
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	526	497
Total circulante	526	497
Recursos do Crédito Rural	578	165
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	578	165
Total não circulante	578	165

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 7,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	1.610
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	1.610
Total circulante	-	1.610

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	-	6
Obrigações por convênios oficiais	1	4
Provisão para pagamentos a efetuar	6.079	3.877
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	237	333
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	151	86
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	32	35
Pendências a regularizar	114	49
Operações com cartões	21.791	13.444
Demais fornecedores	590	395
Credores diversos	2.210	1.774
Total circulante	31.205	20.003
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	6.000	6.000
Total não circulante	6.000	6.000

(i) Refere-se a obrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco. (ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em novembro de 2017 com vencimento em novembro de 2027 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	159	40	(71)	128
Cível	174	43	(108)	109
Total	333	83	(179)	237

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	128	159
Cível	Provável	109	174
Total		237	333

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 462 e R\$ 214 (2017 - R\$ 0 e R\$ 284), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	44.079	37.318
Total de associados	31.875	28.022

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.761 (2017 - R\$ 7.278), sendo R\$ 3.726 (2017 - R\$ 3.685) via integralização de resultados e R\$ 6.599 (2017 - R\$ 5.362), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.564 (2017 - R\$ 1.769).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,3% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.528, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES. Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 2% para a Reserva de Expansão e 1,7% para Outras Destinações.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 667 (R\$ 2.435 em dezembro de 2017), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Desse montante, o valor de R\$ 0 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2018 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.391	19.556
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.084)	(8.214)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	-
Provisão resgate de milhas cartão	63	33
Provisão PPR	(43)	29
Receita com atos cooperativos	9.894	7.505
Juros sobre capital próprio	1.062	1.231
Outros	(44)	(584)
Subtotal	10.936	8.214
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(148)	-

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.081	492
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	18.494	17.369
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	132.480	120.473
Outros Créditos - Rendas a receber	463	341
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	365	1.258
Investimentos (Nota 10)	4.770	4.318
Intangível (Nota 11)	3.276	2.346
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	1.104	662
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	1.610
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	21.708	13.352
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.164	1.404
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.852	596
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	8.311	11.640
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	667	2.435
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	162	234
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	756	598
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	6.831	5.951

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	200	0,21%	103
Depósitos a prazo	2.187	0,69%	2.918
Operações de crédito	320	0,09%	323

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.446	1.846

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	424	332
Despesa de aluguéis	2.358	2.034
Despesa de comunicação	821	851
Despesa de manutenção e conservação	504	373
Despesa de material	293	233
Despesa processamento dados	419	282
Despesa de promoções e relações públicas	2.257	1.625
Despesa de propaganda e publicidade	216	231
Despesa de seguro	121	107
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.700	2.146
Despesa de serviços de terceiros	1.553	1.495
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.187	1.179
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.009	726
Despesa de serviços de transportes	795	745
Despesa de viagem	159	94
Despesa de depreciação	1.461	1.203
Outras despesas administrativas	3.127	2.003
Total	19.404	15.659

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	10.575	7.566
Total	10.575	7.566

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital: Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital. Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:
 - Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
 - Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
 - Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
 - Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
 - Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração; A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado: Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema. A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez: O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.208	1.061
Ingressos depósitos intercooperativos (i)	8.150	11.434
Reversão de provisões operacionais	1.622	1.540
Outras rendas operacionais	1.710	1.074
Total	12.690	15.109

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	821	405
Contribuições Cooperativistas	82	38
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	471	345
Contribuição Confederação Sicredi	5.219	4.146
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	520	506
Encargos da administração financeira	54	65
Repasse administradora de Cartões	251	409
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	627	517
Outras provisões operacionais	1.521	1.200
Outras despesas operacionais	2.173	1.585
Total	11.739	9.216

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

• A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;

• A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo. A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito: A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras. No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura do risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi. As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais: A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017	Nível II (NI)	6.032	-
Patrimônio de Referência (PR)	95.888	64.057	Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	6.032	-
Nível I (NI)	89.856	64.057	Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	436.778	309.149
Capital principal - CP	89.856	64.057	Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	3.076	1.276
Capital social	44.079	37.318	Margem de Capital (I)	46.950	30.320
Reservas de capital	43.669	22.794	Índice de Basileia (PR / RWA)	21.95%	20,72%
Lucros acumulados	5.654	6.245	Situação de Imobilização (Imob)	9.769	9.451
Ajustes Prudenciais	(3.546)	(2.300)	Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,19%	14,75%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Nilton Weber
Diretor Executivo
CPF: 760.252.840-91

Rafael Martignago
Diretor Operações
CPF: 027.197.619-58

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/0-8
CPF: 694.157.650-20

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC –

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC -1SP192685/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte e Nordeste de Santa Catarina - Sicredi Norte SC e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Alvo Kupas
Conselheiro

Valdina Giacomozzi Kamienski
Conselheira

Fabio Santana Correa
Conselheiro